

HABEAS CORPUS Nº 493.710 - PE (2019/0045055-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : CRISTIANO CAMINADA
ADVOGADO : CRISTIANO CAMINADA - PE040820
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : THIAGO ROBERTO OLIVEIRA DE LIMA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de THIAGO ROBERTO OLIVEIRA DE LIMA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco no julgamento do *Habeas Corpus* n.º 0000024-19.2019.8.17.0000 (0521007-9).

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 15/12/2018, pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n.º 11.343/02006. Em audiência de custódia realizada na mesma data, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

A Defesa impetrou prévio *writ* visando à revogação da custódia cautelar do Acusado, cuja ordem foi denegada. O acórdão foi assim ementado (fl. 46):

"EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ART.33, CAPUT, DA LEI 11.343/2006. TRAFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA. NÃO CONFIGURADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. SÚMULA 86 DO TJPE. INSTRUÇÃO NÃO INICIADA. EXCESSO DE PRAZO INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME."

No presente *mandamus*, o Impetrante sustenta que a decisão que decretou a prisão preventiva do Paciente é carente de fundamentação idônea para tanto, pois não apontou dados concretos que indicam a necessidade de seu encarceramento para a garantia da ordem pública.

Afirma que a apreensão de diminuta quantidade de entorpecente – 1,372 g de cocaína –, aliada à ilegalidade do encontro da maconha – a partir de obtenção de imagens no celular do Paciente, que o levaram à sua residência, onde foram realizadas buscas –, além do fato de que o Acusado é usuário de drogas, "*não se presta para*

condenação de quem quer que seja pelo crime de tráfico" (fl. 5).

Aduz que o Magistrado de origem faz *"um juízo de incertezas, ilações, conjecturas, e especulações, atribuindo ao paciente novos crimes que ele 'poderá' cometer, ou que 'talvez' cometa estando solto" (fl. 5).*

Destaca que os fatos narrados no acórdão impugnado não correspondem ao narrado no auto de prisão em flagrante e na decisão que a converteu em preventiva.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do Paciente concedendo-lhe o direito de aguardar o julgamento da ação penal em liberdade. Subsidiariamente, pleiteia a substituição do encarceramento por cautelares diversas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório inicial.

Passo a apreciar o pedido de provimento urgente.

Não está presente a plausibilidade jurídica do pedido indispensável para o deferimento da medida urgente.

O Juízo de primeiro grau, ao decretar a prisão preventiva do Paciente, o fez sob o seguinte fundamento (fls. 36-37; sem grifos no original):

*"[...] Cuida-se de Auto de Prisão em Flagrante dando conta de que Thiago Roberto Oliveira e Ademar Rodrigues Gomes Silva Neto, devidamente qualificados no expediente policial. Ambos foram presos pelos crimes previstos nos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/06. Consta dos autos, em síntese, que teria sido encontrado dois invólucros de cocaína com Thiago, que se encontrava na garupa da moto pilotada por Ademar; e que ao se dirigirem à casa de Thiago os policiais teriam encontrado 21 invólucros de maconha e uma balança de precisão. [...] Compulsando os autos, identifico que a materialidade acha-se demonstrada não só pelos depoimentos prestados na delegacia, bem como pelo auto de apreensão do entorpecente da balança de precisão. Quanto aos indícios de autoria de Thiago, estes são patentes, tendo o mesmo confessado a posse do material entorpecente. Já em relação à Ademar, nada foi encontrado com o mesmo. Quanto à necessidade de prisão, passo a fazer a análise: o fato atribuído aos autuados não envolve violência ou grave ameaça à pessoa. Inobstante isso, **verifico que com Thiago foi apreendido, além de cocaína, quase 300g de maconha.** E considerando o tipo de droga apreendida (cocaína), bem como a grande quantidade de maconha, quantidade essa suficiente para produção de mais de centenas de cigarros, entendo que sua soltura poderá prejudicar a ordem pública, tendo em vista que esse tipo de delito acarreta em vários outros, além do, que pelo depoimento prestado e pela quantidade de droga apreendida, talvez o autuado integre alguma organização criminosa. Desse modo,*

inobstante sua primariedade, entendo que o autuado deva permanecer preso. Por outro lado, com a finalidade de preservar a ordem pública, com fulcro nos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal, converto a prisão em flagrante de Thiago Roberto Oliveira, já qualificado nos autos, em prisão preventiva, DEVENDO SER EXPEDIDO SEU MANDADO DE PRISÃO. [...] Por outro lado, com a finalidade de preservar a ordem pública, com fulcro nos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal, converto a prisão em flagrante de Thiago Roberto Oliveira, já qualificado nos autos, em prisão preventiva, DEVENDO SER EXPEDIDO SEU MANDADO DE PRISÃO."

Como se percebe, os fundamentos do *decisum* combatido não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, mormente porque a jurisprudência firme do Superior Tribunal de Justiça considera idônea a fundamentação que decreta a prisão preventiva com base na quantidade da droga apreendida, bem assim na apreensão de petrechos usados na prática do tráfico, no caso, uma balança de precisão, a revelar a necessidade de acautelar a ordem pública.

A propósito:

"[...] 2. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o periculum libertatis.

3. No caso, a prisão preventiva está justificada, pois a decisão que a impôs delineou que o ora recorrente foi flagrado, em concurso com adolescente, em posse de petrechos para a embalagem de drogas e de um radiocomunicador, manipulando tipos variados de drogas como 1g (um grama) de crack, 9g (nove gramas) de cocaína e 14g (quatorze gramas) de maconha. Tais circunstâncias denotam sua periculosidade e a necessidade da segregação como forma de acautelar a ordem pública.

[...]" (RHC 96.158/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe de 24/08/2018; sem grifos no original.)

Por fim, inviável perquirir, nesse momento e via processuais, se as provas produzidas são ilícitas, porquanto, ao menos em uma análise superficial, não se constata sua apreciação pelo Tribunal *a quo* no acórdão apontado como ato coator, o que impediria sua análise por esta Corte Superior, sob pena de supressão de instância.

Assim, a espécie em tela não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo

perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Solicitem-se as informações ao Juízo de primeiro grau sobre o alegado nessa impetração, as quais deverão vir acompanhadas da respectiva chave ou senha de acesso, caso necessária para a realização de consultas processuais.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

